

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO
INCLUINDO OS RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS**

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE 2014 -

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	3
A. OBJECTIVO	4
B. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PARQUE ESCOLAR	5
C. METODOLOGIA ADOTADA	6
D. AVALIAÇÃO	7
E. CONCLUSÕES	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15

NOTA PRÉVIA

Em março de 2010 a Parque Escolar, EPE, no âmbito do cumprimento dos deveres impostos pela Recomendação nº 01/2009 de 1 de julho, do Conselho de Prevenção da Corrupção – CPC, aprovou o primeiro Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Por deliberação por Conselho de Administração, de 15 de janeiro de 2015, foram reconduzidos os membros da Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano de Prevenção de Riscos e incumbida esta da elaboração do Relatório de Execução e Avaliação referente ao ano de 2014.

O ano de 2014, depois das medidas urgentes de travagem do investimento previsto para os anos de 2012 e 2013, constituiu o ano de relançamento da atividade da Parque Escolar, com a retoma de diversas obras suspensas e aprovação da reestruturação da Empresa, prevista inicialmente para março mas que só veio a ser aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de julho de 2014.

A reestruturação aprovada teve como objetivos principais, os seguintes:

- Reduzir os custos de funcionamento;
- Ajustar os recursos humanos às atividades da Empresa, com redução muito significativa dos mesmos;
- Focar a Empresa nas prioridades do negócio;
- Centralizar a decisão por atividade de negócio, reduzindo o número de unidades orgânicas e de centros de decisão;
- Reduzir o número de intervenientes no processo operacional;
- Centrar a atividade operacional na figura do Gestor de Contrato;
- Definir com clareza os centros de responsabilidade ao longo do processo de decisão;
- Focar as áreas de suporte nos resultados da área de negócio.

Ainda em 2014, a 22 de dezembro, o Conselho de Administração aprovou o novo Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. .

A. OBJECTIVO

Em consequência do envolvimento dos meios humanos, especialmente dos dirigentes, na reestruturação descrita, o Plano de Prevenção de Riscos não pôde merecer o acompanhamento que seria exigível em circunstâncias de estabilidade funcional da Empresa. Complementarmente a Parque Escolar teve de concentrar-se na elaboração do novo Plano de Prevenção de Riscos, já citado, ajustado à reestruturação realizada e, como já referido em anteriores relatórios de avaliação, que fosse mais adequado à identificação clara dos riscos, medidas de prevenção e identificação de infrações e incluísse ainda, associado ao acompanhamento anterior, um processo de monitorização que levasse a uma avaliação e correção de infrações de modo mais consequente e atempado.

Dentro destes condicionamentos é mesmo assim objetivo deste Relatório, identificar, embora de modo mais sintético, o que se passou de mais significativo, quanto aos:

- Principais riscos identificados;
- Medidas preventivas adotadas;
- Dificuldades de mitigação dos riscos e
- Infrações e correções verificadas.

Em resumo e em resultado do que se expôs, o documento que se apresenta é um relatório de transição referente a um ano em que se introduziram alterações significativas na Parque Escolar, com o qual se pretende dar nota, sobretudo, dos principais riscos com que a atividade da Empresa se confrontou e se desses riscos se verificaram significativas infrações. A grande preocupação e trabalho referente à gestão de riscos em 2014 foi, insiste-se, a construção do novo Plano de Prevenção de Riscos e definição do processo de monitorização de execução do mesmo.

PF. 

B. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PARQUE ESCOLAR

Repetindo o referido, em 2014 vigoraram duas estruturas orgânicas, uma até 18 de julho e outra, aprovada nesse dia.

O Plano de Prevenção de Riscos de referência para todo o ano foi o de 2010, como também já se indicou.

Fig. 1 - Atual Organigrama da Parque Escolar



A atual estrutura orgânica da Empresa é a que se apresenta na figura anterior, estrutura identificada com os objetivos da reestruturação realizada e já enunciados na Nota Prévia. As Direção Geral de Projetos e Gestão de Ativos, Direção Geral de Investimento e a Direção Geral de Manutenção, constituem as unidades operacionais, eminentemente dirigidas para o negócio da Parque Escolar, fruto do contrato programa que a Empresa celebrou com o Estado. As restantes unidades que acima se identificam, Direções várias e Secretaria Geral, constituem-se em apoio às áreas operacionais referidas.

RF

C. METODOLOGIA ADOTADA

Para avaliação da execução do Plano de Prevenção de Riscos, no contexto das contingências já assinaladas, a Comissão recebeu de cada um dos dirigentes de cada unidade orgânica identificada, avaliação do que se passou durante 2014. A avaliação recebida teve como base o questionário que a seguir se identifica:

PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS PARQUE ESCOLAR - Relatório de Execução e Avaliação de 2014 -	
Direção	Fevereiro 2014
Relativamente aos riscos constantes no relatório de execução e avaliação de 2013 e para as funções desenvolvidas em 2014, após a alteração orgânica:	
1 – Principais riscos identificados por função (de entre os de nível elevado e moderado).	
2 – Medidas de prevenção adotadas para prevenção dos riscos identificados em 1).	
3 – Principais dificuldades sentidas na mitigação dos riscos.	
4 – Infrações verificadas e correções realizadas ou a realizar.	

D. AVALIAÇÃO

A partir da avaliação recebida dos dirigentes foi possível à Comissão apresentar uma síntese, por cada unidade orgânica, quanto aos riscos moderados e elevados identificados, medidas preventivas respetivas, dificuldades e infrações verificadas:

DIREÇÃO GERAL DE PROJETOS E GESTÃO DE ATIVOS

Riscos Identificados

- Incumprimento de Procedimentos e de Legislação na função de Aquisição de Bens e Serviços;
- Escolha Errada do Procedimento Contratual na função de Aquisição de Bens e Serviços.

Medidas de Prevenção

- Utilização dos sistemas Primavera e Adendo com as devidos desenvolvimentos implementados
- Utilização preferencial do concurso público e em caso de ajuste direto consulta a pelo menos 3 entidades, sempre que possível, na função de Aquisição de Bens e Serviços.

Dificuldades Principais

- Alteração de gestores de contrato resultado das alterações orgânicas da PE;
- Falta de apoio jurídico;
- Arquivo deficiente.
- Alteração contínua de procedimentos;
- Falta de formação em contratação pública.

Infrações Verificadas

- Nada a referir

DIREÇÃO GERAL DE INVESTIMENTO

Riscos Identificados

- Incumprimento de Prazos na Elaboração de Contratos;
- Incumprimento de Prazos e Qualidade na Gestão de Contratos.

Medidas de Prevenção

- Supervisão a nível superior relativamente a cada gestor de contrato;
- Introdução de marcos no planeamento e respetiva monitorização.

Dificuldades Principais

- Inexistência de geração automática de alertas e elevado nº de contratos elaborados e geridos por cada gestor;
- Garantia de que os serviços de fiscalização sejam prestados por técnicos competentes.

Infrações Verificadas

- Alguns incumprimentos relativamente a prazos no lançamento de alguns procedimentos concursais, no entanto não colocaram em risco o sucesso e concretização dos mesmos. -

DIREÇÃO GERAL DE MANUTENÇÃO

Riscos Identificados

Embora a DGM informe que não foi detetada a evidência de riscos, assinala como potenciais vários, dos quais se destacam os seguintes:

- Deficiente Qualidade da Informação prestada a terceiros, incluindo ao exterior;
- Divulgação de Informação Privilegiada a terceiros, incluindo ao exterior;
- Favorecimento na Informação prestada a terceiros, incluindo ao exterior;
- Favorecimento na gestão de contratos.

Medidas de Prevenção

- Melhoria das condições de segurança nos acessos às instalações no Porto e em Coimbra e reposicionamento do arquivo.

Dificuldades Principais

- Na organização documental e do arquivo, por inexistência de um procedimento transversal na empresa.
- No que respeita ao relacionamento interdepartamental, verificou-se uma diminuição de reuniões de acompanhamento, por parte dos diretores de primeiro nível, para discussão de matérias transversais à Empresa.

Infrações Verificadas

Nada a referir

DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E APOIO À GESTÃO

Riscos Identificados

- Falta de formalização e atualização de procedimentos de gestão;
- Inadequação do modelo de classificação e arquivo de documentação
- Deficiências de arquivo;

- Condicionamentos impostos pela Lei nº 107/12, relativamente a Aquisição de Bens e Serviços, nomeadamente de equipamentos TIC, através da AMA, desde a elaboração de cadernos de encargos até à própria aquisição.
- Desajustamento entre a informação física e financeira, durante a execução dos contratos, reportada pelos Gestores de Contratos e a realidade apurada pela Direção,
- Falta de integração total entre as diversas aplicações informáticas de apoio à gestão – Adendo, Primavera e Pronic.

Medidas de Prevenção

- Em curso o levantamento de todos os procedimentos, normas e instruções de trabalho, visando criar o Manual de Organização Funcional da PE;
- Desmaterialização de processos, em curso;
- Implementação de novos fluxos de tramitação de documentação, mais flexíveis e direcionados para os responsáveis dos processos
- Alteração do processo de acompanhamento e validação da informação sobre execução dos contratos, com integração na DPAG dos antigos NAAGs;
- Em fase de conclusão o procedimento sobre Elaboração, Revisão, Gestão e Controlo Orçamental da PE;
- Realização de ações de formação para utilização dos sistemas Primavera, Pronic e Adendo;
- Constituição do Portal PE, como plataforma integradora de informação.

Dificuldades Principais

Nada a referir.

Infracções Verificadas

Nada a referir.

DIREÇÃO FINANCEIRA

Riscos Identificados

- Relativos à função de Cumprimento de Procedimentos;
- Relativos às funções de Relacionamento com Terceiros e de Relacionamento com o Exterior;
- Relativo às funções de Guarda de Documentos e de Controlo e articulação de Documentos;
- Relativos à função de Atividade Contabilística e de Tesouraria;
- Relativos à função de Gestão do Património da PE;
- Relativos às funções de Elaboração de Informação Contabilística e de Elaboração de Informação de Tesouraria;
- Relativos à função de Gestão de Recursos Financeiros;

- Relativos à função de Gestão de Fundo de Maneio.

Medidas de Prevenção

Foram mantidas as medidas adotadas em 2013, em geral, sendo novas as seguintes:

- Na função de prestação de informação ao exterior, a concentração dos contactos com Auditores, na SG;
- Na função da atividade contabilística e de tesouraria, a implementação do controlo e monitorização dos compromissos;
- Na função de gestão do património da PE, a realização de contagens físicas ao Património da PE.

Dificuldades Principais

- Na função de Cumprimento de Procedimentos, fluxos de aprovação com muitos intervenientes e pouco flexível, falta de validação do orçamento, validação dos ajustes diretos simplificados apenas pela DF, com risco de situações de fracionamento de despesa e ainda validações realizadas com carácter de urgência, levando a erros na apreciação dos documentos;
- Na função de Guarda de Documentos, situação de arquivo disperso pela PE;
- Na função de Controlo e Articulação de Documentos, muitos problemas com a implementação do Adendo Pro;
- Na função de Prestação de Informação ao Exterior, tentativas dos auditores, de não respeitarem concentração de informação na SG, com pedidos diretos à DF;
- Na função de Gestão do Património da PE, dificuldades de interligação do trabalho com DPAG e DGPGA e acesso aos equipamentos e mobiliários;
- Na função de Elaboração de Informação Contabilística, alteração no módulo de equipamentos e ativos, com necessidades de correções pelo Empresa externa de Desenvolvimentos do Sistema Primavera- Na função de Gestão de Recursos Financeiros, a inexistência de controlo orçamental.

Infrações Verificadas

Neste caso a DF não evidência infrações efetivas, embora aponte dificuldades, sendo somente de registar uma situação de incumprimento relativamente ao contrato da PE com o Estado, no caso da função de gestão de património da PE, por Inexistência de Inventário Físico das escolas.

DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Riscos Identificados

- Na função de Guarda de Documentação, verifica-se risco de divulgação de documentos sigilosos e acesso indevido a documentos;
- Na função Gestão de Formação de Pessoal, verifica-se risco de formação não adequado às necessidades formativas,

PF. J

Medidas de Prevenção

- Controlo de acessos a pastas de ficheiros e documentos, na DRH;
- Validação de ações de formação propostas pelos colaboradores, pelos dirigentes;
- Realização de ações de formação interna em função de criação e atualização de procedimentos.

Dificuldades Principais

- Falta de restrição à DRH das pastas e documentos criados nas ferramentas Primavera e Adendo;
- Falta de diagnóstico sobre necessidades de formação.

Infracções Verificadas

- Com a implementação da ferramenta Adendo Pro, com a submissão da primeira proposta DRH, esta não foi considerada confidencial, conforme regra anterior, tendo de imediato sido implementada medida corretiva.

SECRETARIA GERAL

Riscos Identificados

- Incumprimentos de procedimentos, na função Cumprimento de Procedimentos;
- Tratamento e troca de muita informação e não cumprimentos de prazos, na função Relacionamento com Terceiros;
- Extravio de documentos, divulgação de documentos sigilosos e acesso indevido a documentos, na função Guarda de Documentação;
- Informação intempestiva e informação errada, na função Controlo e Articulação de Documentos;
- Incumprimento de procedimentos, na função Assessoria Técnica e de Suporte ao CA.

Medidas de Prevenção

Nada a reportar.

Dificuldades Principais

Nada a reportar.

Infracções Verificadas

- Incumprimento pontual de prazo previsto no Regimento, para divulgação interna das deliberações do CA;
- Falta de registo na aplicação Adendo, por diversas áreas da PE, de correspondência entrada e saída, nomeadamente de correio eletrónico, assim como na tramitação de informação interna da PE.

DIREÇÃO JURÍDICA

Riscos Identificados

- Conflito de interesses;
- Extravio de documentos;
- Formação inadequada;
- Ausência de Incentivos;
- Erro técnico/jurídico;
- Perda financeira (contencioso).

Medidas de Prevenção

- Preferência da colegialidade no mandato forense, monitorização, controlo e formação adequada;
- Utilização obrigatória do sistema Adendo, organização do arquivo físico e digital e mapa de controlo de processos;
- Formação externa especializada e certificada;
- Nada a assinalar quanto a ausência de incentivos;
- Realização de reuniões periódicas de equipa para casos mais complexos, reunião de reuniões semanais de seguimento entre DJ e Administrador com pelouro da DJ;
- Supervisão, sistema de alerta de prazos e contratação de especialistas e peritos.

Dificuldades Principais

- Elevado volume trabalho;
- Dificuldades com implementação de Adendo Pro;
- Insuficiência e inadequação de formação, relativamente às funções exercidas;
- Falta de experiência em arbitragens.

Infrações Verificadas

Nada a assinalar.

DIREÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Riscos Identificados

Não foram identificados riscos de nível moderado ou elevado, em 2014.

Medidas de Prevenção

- Acompanhamento rigoroso relativamente ao pagamento de anúncios em DR, por forma a garantir publicação simultânea com publicação no JOUE.

Dificuldades Principais

Nada a referir

Infrações Verificadas

Somente uma situação de desajustamento na publicitação de um concurso público internacional, em que por atraso de pagamento a publicação em DR foi em data

diferente da publicação em JOUE, levando a um aumento de coordenação entre a DC e DF.

DIREÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

Riscos Identificados

- Informação errada ou inconsistente;
- Tratamento e troca de muita informação;
- Erro de avaliação e de validação.

Medidas de Prevenção

- Articulação permanente entre a equipa da DAI;
- Articulação e troca de informação com as várias unidades orgânicas;
- Adoção nas auditorias da figura do contraditório;
- Supervisão do CA.

Dificuldades Principais

- A quantidade e diversidade de informação recolhida e analisada.

Infracções Verificadas

- Apenas de referir situações de pequenos erros de avaliação, retificados após contraditórios.



E. CONCLUSÕES

A Comissão, em função da informação obtida pelos dirigentes da Empresa, verifica que os responsáveis têm mantido a adoção das medidas de prevenção anunciadas anteriormente e procedido a implementação de novas medidas para prevenção de possíveis situações de risco, nomeadamente no reforço da segurança nos acessos e reposicionamento de arquivos, operacionalização de desenvolvimentos nos sistemas de informação e respetivas formações generalizadas para atualização de conhecimento para todos os colaboradores, entre outras anunciadas neste Relatório.

Apesar desta situação, a Comissão constata a existência de dificuldades, umas fruto da redução e reafectação dos recursos humanos realizada, resultado da reestruturação, e que no início de implementação desta, tem obrigado a uma constante atuação dos técnicos e gestores relativamente a responsabilidades atuais e passadas, pese embora já tenha decorrido a tramitação processual necessária entre as três áreas operacionais criadas.

Outras dificuldades resultantes da necessidade de formação e especialização dos trabalhadores, do nível de performance dos sistemas de gestão de informação face às constantes mutações legislativas e ainda de necessidades adicionais de revisão e formalização de procedimentos internos de gestão e organização.

Todavia, importa salientar que não foram identificadas pelos responsáveis das unidades orgânicas, infrações graves, verificando-se em três situações de irregularidade detetadas - uma no âmbito de configuração de um sistema de informação, outra de procedimento de contratualização e a terceira de gestão contratual, que as mesmas foram de imediato normalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação de risco sobre a execução do Plano relativo a 2014 que se apresentou neste Relatório, assentando, no essencial, no Plano de 2010, levou a Comissão a adotar nova metodologia, como atrás se identificou.

Torna-se a partir de agora imprescindível que as dificuldades sentidas para um bom cumprimento do Plano e que se verificaram ainda em 2014, sejam significativamente ultrapassadas, pela estabilidade funcional alcançada pela Parque Escolar e pela existência de um novo documento, que vai permitir uma melhor gestão da Empresa, nomeadamente através do acompanhamento e monitorização das situações de risco, exigindo-se o empenho de todos os responsáveis.

Também não podemos deixar de salientar que a melhoria depende, paralelamente, do conhecimento e interiorização, por todos os trabalhadores da Parque Escolar, para além dos dirigentes, do novo Plano de Prevenção de Riscos e da responsabilidade a assumir perante o cumprimento do mesmo.

Parque Escolar, E.P.E., 10 de abril de 2015

À Consideração Superior.

A Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

 <hr style="border: 0.5px solid black;"/>	<p>ANTÓNIO JORGE MARTINS FERNANDES DIAS</p> <div style="font-size: small; text-align: left;"> <p>Assinado em Ferrão digital por ANTÓNIO JORGE MARTINS FERNANDES DIAS DNI e NPE: e=Carlo de Cabral e=Cabral Portugal; s=Administrat Qualidade de Cabral; ou=ANTÓNIO FERNANDES DIAS; ou=ANTÓNIO DIAS; ou=ANTÓNIO FERNANDES DIAS Dades: 2015.04.17 11:04:14 +01'00'</p> </div> <hr style="border: 0.5px solid black;"/>	 <hr style="border: 0.5px solid black;"/>
---	---	---

João Carneiro da Silva
(Presidente)

Jorge Fernandes Dias
(Vogal)

Paula Correia Ferrão
(Vogal)